

<http://dx.doi.org/10.14393/HeP-v31n58-2018-6>

HISTÓRIA E MEMÓRIA DO MOVIMENTO DOCENTE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (1979-1990): De Associação Docente à Seção Sindical do ANDES-SN

*Antônio Fernando de Araújo Sá**

RESUMO: O trabalho tem por objetivo a reconstrução da trajetória do movimento docente, na Universidade Federal de Sergipe, dentro do processo de transformação de associação em sindicato. Por meio de entrevistas com dirigentes e militantes da Seção Sindical, da Associação dos Docentes da universidade, a polifonia da memória foi reveladora da complexidade das experiências dos trabalhadores nas últimas décadas de reconstrução democrática no Brasil, manifestando-se no entrecruzamento das dimensões acadêmicas e sindicais que culminaram na constituição e no fortalecimento do Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES-SN). A preservação da memória sindical docente se revela importante, no contexto atual de tentativas de desregulamentação das relações de trabalho e da mercantilização da educação, ao resgatar formas de resistência e luta para a conquista de direitos sociais e sindicais. Ao mesmo tempo, retoma a necessária inclusão do tema da cidadania dos distintos sujeitos sociais no sentido do direito da narração, ou seja, da memória e do esquecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil. História. Memória. História oral. Militância Sindical.

ABSTRACT: The work goals at the reconstruction of the teaching movement trajectory at the Federal University of Sergipe within the transformation process since teacher's society into union. Through interviews with leaders and activists of the Union Section of the Association of University Teachers, the polyphony of memory was revealing the complexity of the experiences of workers in recent decades of democratic reconstruction in Brazil, manifesting itself in the intersection of academic and union dimensions. They culminated in the establishment and strengthening of the National Union of Higher Education Teachers (ANDES-SN). The preservation of the teaching union memory is important in the current context of attempts to deregulation of labor relations and the commodification of education, recovering forms of resistance and struggle for the achievement of social and trade union rights. Meanwhile, it takes back the necessary inclusion of citizenship theme of distinct social subjects in the sense of the right of narration i.e. memory and oblivion.

KEYWORDS: Brazil. History. Memory. Oral History. Union Militancy

*Sem Memória e sem História, não há Identidade. Sem Identidade,
não há luta. Sem luta, não há futuro.*
(Rosa Maria Godoy da Silveira. In: NAVARRO, 2001, p. 5).

Dentro da emergência do chamado “novo sindicalismo”, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, a participação dos docentes das universidades públicas na luta pela democratização da sociedade, com a construção de um “sindicato de intelectuais”,

* Professor Titular do Departamento de História e Permanente do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Sergipe. Doutor em História pela Universidade de Brasília (2006). E-mail: afsa@ufs.br. Agradeço aos pesquisadores Dércio Cardoso Reis, pela colaboração na transcrição das entrevistas e Marina Suzart, pelo levantamento documental nos arquivos da ADUFS-SSIND e DCE/UFS, por meio do Programa de Iniciação Científica/COPES/UFS (2014-2016).

transformou esse movimento em um dos principais atores políticos no Brasil contemporâneo. Naquele contexto, os docentes universitários “foram compelidos, por injunções várias, a se organizar sindicalmente em nível nacional”, assumindo, “como coletivo organizado, a identidade de trabalhadores sindicalizados” (NAVARRO, 2001, p. 51). A condição de sujeitos sociais trouxe, na prática política, tensões com relação ao problema da autonomia sindical, ante os partidos políticos de esquerda, bem como dilemas entre a identificação com a luta geral dos trabalhadores dos serviços públicos federais e as especificidades da luta docente (RIDENTI, 1995, p. 72-73).

Esse artigo se propõe a contribuir para esse debate, a partir da análise das entrevistas com dirigentes e militantes sindicais da Seção Sindical da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe (ADUFS-SSIND), delimitando o momento da construção da associação dos docentes em 1979, marcado pelo processo de crise da ditadura militar, pelo avanço da luta democrática e por sua transformação em sindicato, e o ano de 1990, quando se formalizou, institucionalmente, a práxis dos professores universitários na defesa da universidade pública e gratuita, ao mesmo tempo em que se estabeleceu uma nova conjuntura política com o avanço do neoliberalismo no Brasil.

A opção pela metodologia da história oral proporcionou uma narrativa plural, com uma multiplicidade de pontos de vista. Por possuírem histórias e experiências pessoais diferenciadas, os historiadores e as “fontes” estabelecem uma confrontação de suas particularidades. É nessa confrontação entre as partes envolvidas, seja como “conflito”, seja como “busca de unidade”, que reside a riqueza da história oral (PORTELLI, 1995, p. 51).

Entretanto, do ponto de vista epistemológico, trouxe o problema do envolvimento direto entre a experiência do trabalho de historiador e a de testemunho e participação ativa na organização sindical e nas greves ocorridas ao longo das duas últimas décadas. Se, por um lado, isso facilitou o acesso a parte dos entrevistados; por outro, algumas dificuldades foram postas por militantes que, em alguns casos, não quiseram colaborar com a pesquisa. Nesse trabalho da memória, buscamos evitar que experiências e lembranças pessoais interferissem na objetividade do conhecimento histórico, mas reconhecemos a inevitabilidade da intervenção do sujeito na história do presente, tanto no âmbito da história vivida – como ator ou testemunho – quanto no da escrita da história – historiador do seu próprio tempo –, impondo o caráter inacabado e em constante movimento que lhe é constitutivo (BÉDARIDA, 1996, p. 221).

Centramos nossas entrevistas nos dirigentes sindicais que exerceram cargos executivos ou consultivos, em gestões da ADUFS, ou que participaram diretamente em movimentos grevistas e eleitorais. Entre os entrevistados, destacamos um conjunto representativo do processo de construção da associação docente, ligado ao chamado “novo sindicalismo” no Brasil, mas também professores que trouxeram tensões entre reivindicações corporativas e as de cunho mais social, ou ainda aqueles que revelaram intervenções de partidos políticos de esquerda nas disputas eleitorais. Em sua maioria, são professores e professoras aposentados, com exceção de Antônio Ponciano Bezerra e Antônio Edilson do Nascimento.

Professor aposentado do Departamento de Economia, Manoel de Rezende Pacheco cursou a Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe, criada no governo de José Rollemberg Leite (1947-1951), nos anos 1950, e foi nomeado professor em 1962, tornando-se, logo depois, diretor. Com a incorporação da faculdade à Universidade Federal de Sergipe, em 1968, participou da comissão de criação e também exerceu o cargo de Pró-Reitor de Administração e Vice-Reitor pró-tempore, no mandato do Reitor Gilson Holanda Cajueiro (1980-1984). Depois, no Sindicato, atuou como Vice-Presidente na gestão da ADUFS (1979-1981).

Professora aposentada do Departamento de Serviço Social, Gilza Luísa da Mota Gomes esteve entre os professores fundadores da UFS, em 1968. Com atuação destacada na criação do Sindicato, foi Tesoureira (1979-1981) e Presidente (1983-1984).

Professor aposentado do Departamento de Letras Vernáculas, José Costa Almeida ingressou na carreira docente em 1980, atuando, no âmbito sindical, como Secretário (1981-1983) e Vice-Presidente (1989-1991). Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), em Sergipe.

Professor aposentado do Departamento de Filosofia, Eduardo Ubirajara Rodrigues Batista iniciou sua carreira docente na UFS em 1971. No âmbito sindical local, foi Secretário (1991-1993) e Presidente (1993-1995), além do Conselho de Representantes dos Professores Aposentados (2010-2012). Nacionalmente, atuou como 2º Secretário da Regional Nordeste III (1992-1994) e 2º Tesoureiro da Regional Nordeste III da ANDES-SN (1996-1998).

Professora aposentada do Departamento de História, Lenalda Andrade Santos ingressou na UFS em 1977. Na gestão sindical, foi Presidente da ADUFS (1981-1983) e Vice-Presidente (1995-1997).

A professora aposentada do Departamento de Psicologia, Claudete Sales Sampaio, ingressou, como professora colaboradora, em 1979, tendo participação destacada em greves e mobilizações docentes, ao longo da carreira. Foi Secretária (1999-2001) e Presidente (2001-2003) da ADUFS. Nacionalmente, exerceu o cargo de 1º Secretária da Regional Nordeste III, no período de 2002 a 2006.

O professor do Departamento de Letras, Antônio Ponciano Bezerra, ainda permanece em atividade dentro da universidade como professor titular. Ingressou na UFS em 1975 e exerceu vários cargos no âmbito universitário, como Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e depois de Graduação. Foi Diretor do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) e, atualmente, é Diretor do Centro de Educação a Distância (CESAD).

No âmbito sindical, foi Secretário da ADUFS (1983-1985), Tesoureiro e Vice-Presidente (1985-1987). Também atuou na diretoria executiva nacional, como 2º Vice-Presidente Regional Nordeste III (1992-1994), 1º Vice-Presidente da Regional Nordeste III (1994-1996), 1º Secretário da Regional Nordeste III (2000-2002) e 2º Vice-Presidente da Regional Nordeste III (2002-2004).

Outro professor ainda em atividade é Antônio Edilson do Nascimento, do Departamento de Fisiologia, cujo ingresso na universidade remonta ao ano de 1978. Atualmente, exerce o cargo de Diretor do Departamento de Assuntos Acadêmicos.

Além dessas fontes orais, utilizamos a documentação escrita e visual disponível nos arquivos do Sindicato, tais como atas, fotografias, boletins e jornais locais. O confronto entre essas fontes colaborou para superar a descontinuidade documental do sindicato docente, ocasionada pela ausência de um arquivo devidamente organizado e catalogado. Ao mesmo tempo, as entrevistas propiciaram informações qualitativas da participação de dirigentes e militantes, em seus aspectos subjetivos de suas experiências (GRACIA; LEGLISE, 2011).

Nossa pesquisa se insere no quadro das iniciativas memoriais desenvolvidas pelo Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN), desde sua criação, em 1981, e capitaneadas pelo Grupo de Trabalho História do Movimento, com destaque para a organização do arquivo da entidade na sede, em Brasília, e a implantação da Comissão da Verdade, no âmbito do Sindicato, cujo relatório foi publicado em junho de 2016. Estas ações memoriais servem “como âncora e plataforma para dar referência, identidade e potencializar ações coletivas” (SANTANA, 2010, p. 55), num contexto de tentativas das contrarreformas universitárias propostas, nas últimas décadas, por governos de variados matizes ideológicos na dinâmica contraditória da consolidação da democracia no Brasil.

Por se tratar de uma seção do Sindicato Nacional dos Docentes (ANDES-SN), essa pesquisa tenta interpretar as especificidades locais, sem contudo, tomá-las como uma situação periférica ou de inferioridade. Buscamos aqui perceber diferenciações regionais e locais na constituição das associações de docentes universitários no Brasil, evidenciando, ao mesmo tempo, aquilo que há em comum entre elas. Essas experiências pessoais de militantes políticos podem ajudar a pensar os significados mutantes sobre o universo sindical docente.

1. Memórias da Associação dos Docentes da UFS (ADUFS)

A construção da memória sindical docente nas universidades brasileiras está, umbilicalmente, ligada à complexidade da experiência autoritária da ditadura (1964-1985), no que se refere às políticas universitárias. Como *locus* da modernização conservadora do país, a universidade experimentou um processo "histórico denso, entrecortado, abrupto, marcado por peculiaridades regionais", que ultrapassa a ideia de repressão/resistência (MOTTA, 2014, p. 18).

Este é o caso da Universidade Federal de Sergipe, quando, no primeiro mandato da reitoria, encontramos a postura ativa e conciliadora de João Cardoso do Nascimento Júnior (1968-1972), que, mesmo acossado pelo Decreto-Lei n. 477/1969, conseguiu resistir, com habilidade, às tentativas dos militares pela expulsão de estudantes que militavam na resistência ao autoritarismo vigente, sendo que alguns deles foram presos, no Congresso clandestino da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna-SP (SOUSA, 2015, p. 176).

Segundo Manoel de Rezende Pacheco (16 abr. 2010), "... o professor João Cardoso [...] era uma pessoa altamente política [...]. Ele sempre se posicionou favoravelmente aos estudantes, era um reitor que deu apoio total aos estudantes". O reitor negociou com as autoridades militares e "conseguiu levar isso muito bem e não houve assim nem uma punição, nada". O professor citou o caso de João Augusto Gama da Silva, "que foi também preso em Ibiúna e vários estudantes responderam a IPM e tal; mas na universidade não sofreu punição e nenhuma expulsão".

Desse modo, o Reitor optou pela cassação dos direitos políticos dessas lideranças estudantis, evitando-lhes a expulsão. A brecha que possibilitou essa ação deu-se por conta dos questionamentos realizados por setores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), do próprio governo e da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) à aplicação do famigerado decreto. A acomodação de conflitos e o uso moderado de sua aplicação, em alguns casos, evitando-se a expulsão, inserem-se na tradição conciliatória da cultura política brasileira (MOTTA, 2014, p. 161-163).

No início dos anos 1970, as associações docentes das universidades brasileiras possuíam um caráter assistencial-recreativo e, em geral, eram "aceitas pelas autoridades administrativas e governamentais, mesmo que reivindicassem aumento de salários, carreira docente e benefícios corporativos em geral" (OTRANTO, 2000). Era o caso da Associação dos Servidores, da Universidade Federal de Sergipe (ASUFS), que congregava docentes e técnicos administrativos da UFS (PACHECO, 16 abr. 2010).

Segundo o professor do Departamento de Filosofia, Eduardo Ubirajara Rodrigues Batista, essa entidade

[...] oferecia a possibilidade da assistência médica com descontos, também gozar de descontos [em] lojas no comércio e conseguir cupom junto à própria associação em convênio com mercadinho. (BATISTA, 17 out. 2010).

O controle ideológico nas universidades foi forjado pela montagem das Assessorias Especiais de Informação na primeira metade dos anos 1970, com a reestruturação do sistema de informação, em 1975. Na UFS, "a AESI foi criada em 6 de agosto de 1971, por meio da Resolução do CONSU nº 16/1971, assinada pelo Vice-Reitor em exercício, Luiz Bispo" (CRUZ, 2012, p. 388). Seguindo as diretrizes nacionais, em 1976, foi denominada Assessoria de Segurança e Informação (ASI), mantendo suas atividades até a década de 1980. Rodrigo Motta registra, em maio de 1974, o veto a uma professora, impedida de tomar posse na Universidade Federal de Sergipe, por parte dos órgãos de informação, após aprovação em concurso. A professora recorreu à Justiça, na tentativa de assumir o cargo, sendo monitorada pelo Serviço Nacional de Informação (MOTTA, 2014).

Para Antônio Ponciano Bezerra, os anos 1970 foram tempos difíceis para qualquer tentativa de organização política, mas a resistência se dava no âmbito da luta cotidiana na universidade:

Naquele começo dos anos 70, era muito difícil uma organização vingar. Eu ainda fui aluno e professor na época mais rígida da ditadura, no período Médici. Mas a gente não se acovardou, de alguma forma, éramos chamado atenção. Eu me lembro, uma vez, que fui chamado aqui pelo Serviço de Segurança. Ele disse que eu tivesse um pouco de cuidado, que Ponciano só tinha um. (BEZERRA, 13 maio 2015).

Sua entrevista também foi reveladora dos mecanismos de cooptação estabelecidos pela Reitoria, dentro da permanente tradição da ideologia do favor na cultura política brasileira, como era o caso de venda de férias para professores como um "prêmio da reitoria" (BEZERRA, 13 maio 2015).

Neste contexto, o movimento docente mantinha-se limitado à política assistencialista da ASUFUS, pelo menos até o final dos anos 1970, quando passou a circular a informação sobre a existência de reuniões em algumas associações de docentes universitários, visando a construção de um organismo de luta. Como Antônio Ponciano Bezerra cursava o doutorado na Universidade de São Paulo naquele momento, pôde participar de reuniões na Pontifícia Universidade Católica (PUC), de São Paulo. Segundo ele, foram mandados "documentos aqui, para Luiz Alberto, para própria Gilza; mandei documentos mostrando como é que as coisas estavam acontecendo" (BEZERRA, 13 maio 2015).

Esse debate trouxe à baila a necessidade de modificar as características da Associação dos Docentes da UFS, para além das funções recreativas e assistencialistas. Como em outras universidades públicas brasileiras, foi o problema relativo aos professores colaboradores que desencadeou o processo de criação da ADUFS, em 1979:

[...] o que deflagrou mesmo a criação da ADUFS foi uma discussão que houve no CONEPE, quando o professor [José] Aloísio [de Campos] era reitor. Essa discussão tratava sobre professores auxiliares, basicamente [...] professores colaboradores [...]. Uma discussão que a gente não aceitava a posição da reitoria, que restringia aos professores auxiliares e professores colaboradores alguns direitos que os outros já tinham. (GOMES, 7 maio 2010).

A condição precária desses professores colaboradores, que motivou a luta, também proporcionou lideranças para o movimento docente emergente, destacando-se Luiz Alberto dos Santos, Ilka Bichara, Socorro Rufino, Lenalda Andrade, Terezinha Oliva, José Costa Almeida, entre outros.

A configuração da Universidade Federal de Sergipe, produto da reunião de faculdades diferentes, funcionando em locais, às vezes, distantes, além do próprio clima de vigilância e temor por parte de professores, dificultava o debate sobre a criação da associação docente. Segundo Manoel de Rezende Pacheco (16 abr. 2010),

[...] o professor [José] Silvério [Leite Fontes] foi quem tomou a frente desse movimento e convidou professores dos diversos departamentos. Eu tenho ideia assim da acolhida, como é que foi ali, ele explicando a necessidade de se criar uma específica associação que defendesse os interesses próprios dos docentes.

Sob essa liderança política e intelectual, houve surpreendente participação dos professores na primeira reunião convocada para o dia 10 de novembro de 1979, com o objetivo de fundar a Associação de Docentes, da Universidade Federal de Sergipe (ADUFS). Para alguns professores, essa liderança era comprometida com os interesses da Reitoria e

possuía vínculos com os grupos católicos que colaboraram com a fundação da UFS. "Vou dizer uma coisa que não gosto de me comprometer tanto, mas vou dizer. Essa primeira diretoria era comprometida com o reitor", José Aloísio de Campos. Assim se expressou, enfaticamente, Antônio Ponciano Bezerra sobre a criação da ADUFS. Segundo esse professor, a aproximação dos novos professores com José Silvério Leite Fontes e Manoel de Rezende Pacheco era "como aquela Semana de Arte Moderna, que você vai atrás de Graça Aranha [...]. Então, essas pessoas tinham certo limite também de atuação [pois] não gostariam de contrariar" a administração superior da universidade (BEZERRA, 13 maio 2015).

Contudo, percebemos conflitos entre essa diretoria e a Reitoria, no caso da transferência para o novo campus universitário, em São Cristóvão, quando o professor Silvério Fontes denunciou a precariedade das instalações, que não ofereciam as mínimas condições de trabalho. Nesse embate, optou-se por uma iniciativa conciliatória: o campus foi inaugurado pelo Reitor José Aloísio de Campos, mas não foi feita a instalação das atividades no campus, ficando a mudança para o reitorado de Gilson Cajueiro de Holanda, em 1981 (SOUSA, 2015, p. 121-122).

Segundo Lenalda Santos, a eleição para a primeira diretoria não foi efetivada dentro dos trâmites aprovados em assembleia geral, pois o coordenador dos trabalhos, José Silvério Leite Fontes, impediu a realização da eleição, causando intensa frustração entre os jovens professores da UFS:

[Quando] os trabalhos seriam iniciados, [...] o professor Silvério pegou a urna e saiu e [foi] uma surpresa, para todos, nos corredores. (SANTOS, 26 mar. 2010).

Tal atitude causou mal estar entre os jovens militantes, pela longa convivência com o mestre de gerações de intelectuais, em Sergipe, principalmente para Lenalda Andrade Santos, que o considerava "guia, orientador e amigo pessoal" (SANTOS, 26 mar. 2010).

Mesmo com todas as dificuldades e desconfianças, o processo eleitoral foi retomado ao longo de todo o ano de 1980, com o protagonismo das jovens professoras, vindas de outros estados, em conjunto com lideranças locais:

Foi depois desse fato que esse grupo de professores novos, inclusive alguns que não eram daqui do estado, com pouco tempo aqui em Sergipe [...]. É o caso da professora Socorro (Maria Socorro Rufino), que tinha vindo do Ceará, e da professora Ilka (Bichara), que tinha vindo da Bahia. Esses professores, na verdade, professoras, [...] decidiram criar uma comissão provisória para organizar a primeira eleição [...]. Ela era composta pela professora Terezinha Oliva, a professora Socorro Rufino e, se não me falha a memória, da Professora Gilza [Gomes]. Eram três pessoas, três mulheres, que formaram a comissão provisória encarregada de organizar uma chapa, marcar a data da eleição, fazer a convocação. (SANTOS, 26 mar. 2010).

Havia receios de se enfrentar um grupo de professores católicos próximos a Dom Luciano Cabral Duarte:

[...] o nosso sindicato ainda era visto com muitas ressalvas por parte daqueles professores egressos da Faculdade de Filosofia da FAFI e das Faculdades iniciais de Medicina e de Direito. Eles não aderiram ao sindicato. (SANTOS, 26 mar. 2010).

Dom Luciano Cabral Duarte foi professor e primeiro Diretor da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, que depois seria incorporada à Universidade Federal de Sergipe. Após a criação desta universidade, foi primeiro Presidente do Conselho Diretor da UFS, que ficou encarregado de elaborar os estatutos da nova fundação. Do ponto de vista político e

ideológico, ele representava o campo ortodoxo da Igreja Católica em Sergipe nos anos 1960 e 1980, identificando-se como anticomunista. Sua trajetória sacerdotal contra as teologias da libertação foi registrada em “discursos proferidos via palestras e meios de comunicação, de homilias à publicação de diversos escritos, tais como livros e artigos em jornais e revistas locais e de circulação nacional” (ANDRADE, 2015, p. 141).

Os bispos progressistas Dom José Vicente Távora e Dom José Brandão de Castro serviam de contraponto a essa tendência ortodoxa, principalmente com relação à questão agrária e à sindicalização dos trabalhadores rurais em Sergipe. A proximidade de militantes de esquerda com a práxis popular católica foi importante na formação de quadros para a formação do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores. A professora Gilza Mota Gomes (7 maio 2010) recorda, em sua entrevista, sua participação em ações educativas com menores delinquentes no bairro América, sob a liderança de Dom Távora, então Arcebispo de Aracaju.

Em 1981, a professora Lenalda Andrade Santos assumiu, após processo eleitoral, a direção sindical, como Presidente, junto com os professores Josué Modesto dos Passos Subrinho, Vice-Presidente, José Costa de Almeida, Secretário, e Júlio César Gandarela, Tesoureiro. Na ocasião, a precariedade institucional da Associação, na UFS, impossibilitou maiores mobilizações e a realização de greves em âmbito local, diferentemente do que ocorria nacionalmente. Outro fator decisivo era que os salários das universidades fundacionais, como era o caso da UFS, eram maiores do que as universidades autárquicas. Como as primeiras greves docentes, no início dos anos 1980, se relacionavam mais às reivindicações salariais, este tema não entrava na pauta local, o que não impedia o apoio da direção da ADUFS às ações reivindicatórias nacionais.

Desse modo, nesses primeiros anos, o objetivo maior era a ampliação do quadro de associados e a estruturação do espaço e de funcionários para desenvolver as atividades sindicais. Mesmo com essas limitações, a ADUFS se fez presente, na fundação da ANDES, no Congresso de Campinas, em 19 de fevereiro de 1981.

Todavia, essa precariedade também se manifestava em nível nacional, como pode ser verificado na organização de reunião da Diretoria Nacional, em Aracaju, nos dias 12 e 13 de setembro de 1981:

Nós não tínhamos dinheiro para hospedar ninguém [...]. Eu recebi esses diretores, hospedei no meu apartamento. [...] Da mesma forma, quando eu ou outro diretor ia para reuniões nacionais nós ficávamos também hospedados em casa de professores. (SANTOS, 26 mar. 2010).

A professora Ilka Bichara, em relatório datado de 18 de julho de 1982 e publicado no *Boletim Candeeiro* (n. 3), também registrou as enormes dificuldades organizativas da Regional Nordeste III, no biênio 1982-1983, principalmente por participar de reuniões, sem preparação prévia, em torno da carreira única para as Fundações. A participação desta professora na construção da ADUFS foi destacada pela professora Lenalda Santos, tendo em vista sua experiência no movimento estudantil, na Bahia, e militância no Partido Comunista do Brasil (SANTOS, 26 mar. 2010).

Nesses tempos iniciais da ADUFS, há uma convergência de interesses de grupos políticos e ideológicos ligados ao chamado novo sindicalismo e da militância comunista, especialmente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Entretanto, ao longo dos anos 1980, emergiram contradições entre eles sobre a condução do processo de transição à democracia no Brasil.

Sobre o primeiro grupo, Gilza Gomes (7 maio 2010) afirma que “[...] era um pessoal muito agressivo, participava bastante, era muito interessante”, destacando-se o professor Luiz Alberto dos Santos, fundador do Partido dos Trabalhadores, em Sergipe, ao lado de, entre outros, José Costa, Diomedes S. da Silva e Marcelo Déda. Entretanto, mesmo filiado ao PT e membro atuante desse grupo, José Costa Almeida (15 mar. 2016) fez questão de registrar a

autonomia do Sindicato frente ao partido político em construção, nas suas manifestações sobre as questões relacionadas à universidade. Esse grupo desempenhou papel relevante na organização do quadro de militantes na UFS, mantendo-se nas direções da ADUFS até 1987.

As contradições entre o conservadorismo de setores docentes da UFS, especialmente ligados a Dom Luciano Cabral Duarte, e as ideias desses jovens professores apareceram com a opção, por parte da primeira Presidente, por uma gravidez independente, o que motivou o seu afastamento do cargo antes do término do mandato:

Eu sei que isso causou impacto e sei, principalmente, porque quem verbalizou a preocupação foi exatamente o professor [José] Silvério [Leite Fontes], [...] que eu não tinha condição de ser mais presidente da ADUFS, porque eu tinha optado por ser mãe por uma gravidez independente e isso não cabia. (SANTOS, 26 mar. 2010).

A pressão dos setores católicos próximos de Dom Luciano Cabral Duarte fez com que o professor Josué dos Passos Subrinho assumisse o restante do mandato como Presidente da ADUFS. Naquela conjuntura, a luta feminista ainda não encontrava força e ressonância política e intelectual na UFS para enfrentar o catolicismo conservador e ortodoxo, apesar da massiva presença de mulheres nos primeiros anos da Associação. O preconceito contra essa atuação feminina, por parte de alguns setores universitários, foi registrado pela professora Gilza Gomes, quando um professor do Departamento de Matemática assim lhe falou: "... elas vêm e mandam em tudo. Cadê os homens, rapaz?" (GOMES, 7 maio 2010).

2. Memórias das eleições na ADUFS no contexto da transição à democracia no Brasil

Nessas primeiras gestões da ADUFS, se estabeleceu a hegemonia de grupos políticos próximos ao "novo sindicalismo", ainda que os setores ligados à Reitoria se fizessem presentes no movimento docente, dividindo espaços com a esquerda emergente. A opção por enfatizar os processos eleitorais, na análise das entrevistas, serviu para matizar determinada construção da memória do movimento docente que postulava uma autonomia sindical frente aos partidos políticos de esquerda, especialmente, o Partido dos Trabalhadores e o Partido Comunista do Brasil.

No dia 4 de maio de 1983, na sala de reuniões do Centro de Educação e Ciências Humanas, no campus universitário de São Cristóvão, foi empossada a diretoria eleita no pleito do dia 26 de abril de 1983, tendo Gilza Luísa da Mota Gomes, como Presidente; Luiz Alberto dos Santos, como Vice-Presidente; e, como Secretário, Antônio Ponciano Bezerra.

Com a expansão dos movimentos populares, protagonizando manifestações de rua, em prol da anistia e das eleições diretas, a transição à democracia no Brasil indicava a possibilidade de uma ruptura com relação à abertura lenta, gradual e pactuada, proposta pela ditadura militar. Nessa conjuntura, a ANDES participou, ativamente, da campanha em defesa das eleições livres e diretas para Presidente da República, iniciada no final de 1983. Contudo, num primeiro momento, na direção nacional existiam dúvidas ou prudências quanto à campanha, mas que logo se dissiparam no III Congresso Nacional, em Piracicaba, em fevereiro de 1984 (ALMEIDA et. alli, 2011, p. 12).

Isso pode ser explicado, em parte, porque somente em janeiro de 1984 houve uma articulação política para se concentrar na aprovação da Emenda Dante de Oliveira, superando as dispersões e debilidades organizativas das iniciativas anteriores (RODRIGUES, 2003, p. 40).

Seguindo os novos ventos na política brasileira, em 21 de janeiro de 1984 foi lançado, em Aracaju, o Comitê Pró-Diretas, com a presença de cerca de 500 pessoas de todos os partidos opositores, entidades sindicais e comunidades da periferia de Aracaju. A presença do ator Lima Duarte, que havia filmado *Sargento Getúlio*, à época, foi saudada pelos presentes, entre eles o representante da ADUFS, professor José Costa, que, na ocasião, assim se manifestou:

estamos cansados de ouvir os representantes dos fascistas, militares e das multinacionais, dizendo-se favoráveis às diretas, mas não agora porque é inconstitucional. Inconstitucional é o atual Governo, que usurpou do povo o direito de escolher seus dirigentes. (JORNAL DE SERGIPE, 23 jan. 1984, p. 3).

Em 26 de fevereiro de 1984, a Caravana das Diretas passou pela Praça Fausto Cardoso, com a participação de cerca de 30 mil pessoas e a presença de lideranças nacionais e locais da oposição, além de artistas e sindicalistas (DANTAS, 2004, p. 227-228).

Contudo, a derrota da Emenda Dante Oliveira, em 1984, que restituía as eleições diretas para Presidente da República, recolocou a possibilidade de uma transição pactuada em torno do nome de Tancredo Neves pelo voto indireto do Colégio Eleitoral. Ignez Navarro escreveu que esse debate trouxe dissensões no interior do movimento docente, nas eleições para a diretoria nacional, em 1986 (NAVARRO, 2001, p. 393).

No âmbito local, o avanço na luta política pela redemocratização mobilizava a comunidade universitária para as primeiras eleições diretas para a Reitoria da UFS, no período de 1984-1988, trazendo contradições políticas no âmbito da associação docente.

Gilza Mota Gomes relatou o clima daquele momento:

[Em] maio de 84, eu renunciei, porque eu assumi uma candidatura a reitor. [Do] doutor [José] Aloísio [de Campos]. Depois da ditadura, tinha que ser um sujeito, como ele que peitava o pessoal, em Brasília. Sabe, durante a ditadura, ele fez isso, as melhores coisas que aconteceram, inclusive o Campus.

Para Antônio Ponciano Bezerra (13 maio 2015), não era possível a permanência dela na presidência da ADUFS, pois assumira aquela candidatura. Naquele momento, a independência do movimento docente era fundamental para a sua legitimação ante a comunidade universitária, o que foi garantida pela conduta ética e a seriedade na liderança do movimento docente (SAMPAIO, 21 maio 2010).

Após o afastamento da professora Gilza Gomes, Luís Alberto assumiu a presidência da ADUFS, em 1984, sendo reeleito para o biênio 1985-87, tendo, como Vice-Presidente, Socorro de Maria Rufino de Oliveira, e, como Secretária, Maria de Fátima Monte Lima. Seguindo a tendência ascensional dos movimentos grevistas do funcionalismo público em Sergipe, especialmente os setores da educação e da saúde, irrompeu uma greve marcante na UFS em 1985. Sua vasta pauta de reivindicações incluía: reposição salarial de 38,5%; reajuste igual ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC); reajuste trimestral; aposentadoria integral; adicional de dedicação exclusiva acima de 50%; 5% de produtividade e adicional de 5% a cada quinquênio; além de verbas do orçamento para as Instituições de Ensino Superior fundacionais (CHAVES, 1997).

Claudete Sales Sampaio (21 maio 2010) articulou lembranças pessoais com a greve de 1985, por estar grávida e participar ativamente do comando de greve na UFS. Segundo ela, foi "... uma greve muito participativa, as assembleias sempre cheias. Lembro-me das assembleias ali, no CCET". O jornal *Gazeta de Sergipe*, de 22 de agosto de 1985, registrou uma assembleia com cerca de 150 professores em que se indicou a continuidade do movimento paredista, com a organização do comando de greve representativo de todos os centros da universidade (GAZETA DE SERGIPE, 22 ago. 1985, p. 2).

Nacionalmente, essa greve durou 45 dias, entre os dias 10 de agosto e 23 de setembro, com grande repercussão na imprensa local, quando foi destacada a perda salarial dos professores, das universidades federais, e a proposta de privatização das universidades, com a instituição do ensino pago (GAZETA DE SERGIPE, 25-26 ago. 1985, p. 4).

A greve foi, em parte, vitoriosa, na medida em que se estabeleceu um plano de cargos e salários em janeiro de 1986, ainda que, do ponto de vista salarial, o governo federal tivesse concedido apenas 4%, a título de reposição (GAZETA DE SERGIPE, 25 set. 1985).

Nessa época marcada pelo processo constituinte (1986-1988), vários setores da sociedade civil – partidos políticos, sindicatos e o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública – debateram, longamente, diversas propostas para a elaboração de um projeto de Lei de Diretrizes e Bases para a educação brasileira, que tinham como premissa a responsabilidade social do Estado no processo educacional.

Esses confrontos também revelavam diferentes visões políticas sobre o processo de redemocratização em curso na sociedade brasileira, que se manifestaram, nas eleições de 1986 para a direção nacional da ANDES, na disputa entre duas chapas de esquerda. Segundo Ridenti, “uma era herdeira do ideário de frente oposicionista – ligada às teses, no campo político-partidário, do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Brasil (PC do B) –, e outra era vinculada às forças políticas e sindicais que haviam dado base ao surgimento do PT [...]. Manteve-se a hegemonia de petistas na ANDES” (RIDENTI, 1995, p. 75). Nessas eleições, centralizou-se o debate sobre “a adesão a uma Central Sindical defendida pela Chapa 1, liderada por Newton Lima Neto, e próxima do PT e da CUT, e, de outro, a Chapa 2, capitaneada pelo docente da UFPE, Paulo Rosas, que resistia à filiação (NAVARRO, 2001, p. 390-408).

Essa eleição nacional repercutiu nas eleições para a diretoria da ADUFS, no biênio de 1987-1989, marcadas pelo acirramento político entre os militantes do Partido dos Trabalhadores e de grupos próximos ao Partido Comunista do Brasil. Na avaliação de Gilza Gomes (7 maio 2010),

... o PC do B, embora com número relativamente inexpressivo, [...] começou a aparecer. Algumas pessoas se agregaram a esse [grupo], tipo Ada [Augusta Celestino Bezerra], tipo Eduardo [Conde] Garcia, [...]. Agregar mesmo porque elas não tinham nenhuma outra participação no partido. Como o PT já começava claramente a ter um número expressivo dentro da Universidade, tanto como estudante como professor, aí a disputa foi inevitável e perdemos por um voto.

Após esse pleito extremamente acirrado, no dia 15 de maio de 1987, no auditório do CECH, foi empossada a nova diretoria da ADUFS, eleita em 6 de maio de 1987, tendo, como Presidente, Ada Augusta Celestino Bezerra; como Vice-Presidente, Ilka Dias Bichara; e, como Secretário, José Arnaldo Vasconcelos Palmeira.

A professora Gilza Gomes (7 maio 2010) recordou que a derrota, no âmbito local, repercutiu nacionalmente, na medida em que

[...] nós tínhamos uma diretoria no ANDES que era completamente aliada a nós, era Sadi [Dal Rosso] da UnB, [o] presidente [da ANDES]⁶⁴. Estava se discutindo [...] a filiação à CUT e eles [o grupo do PC do B] eram terminantemente contra a CUT.

Na gestão liderada pela professora Ada Augusta existiu intenso debate sobre a filiação da ANDES à Central Única dos Trabalhadores (CUT), acompanhando o confronto nacional de visões diferenciadas de sindicato. No caso da ADUFS, foi publicado editorial no *Boletim Candeeiro*, n. 24, de maio de 1988, criticando a decisão do 7º Congresso da ANDES, em Juiz de Fora, de indicativo de filiação à CUT. A diretoria afirmava que esse fato era uma “filiação branca” e que “permanece no combate ao sectarismo e ao aparelhamento político-partidário da entidade”. Nesse mesmo boletim, os delegados eleitos pela base, Luís Alberto dos Santos

⁶⁴ Sadi Dal Rosso, professor da Universidade de Brasília, foi Presidente do ANDES-SN, no período de 1988-1990.

e Gilza Luísa da Mota Gomes, apresentaram relatório, expondo as divergências entre a diretoria e militantes de base na ADUFS. Para os delegados, a professor Ilka Bichara, Vice-Presidente do Sindicato local, votou contra a filiação à CUT, sem deliberação de assembleia dos docentes, o que motivou os delegados eleitos pela base a votarem a favor da filiação. A decisão ficou para ser deliberada no VIII Congresso Nacional do Sindicato (CANDEEIRO, maio 1988, p. 3).

Apesar da rejeição local à proposta de filiação do ANDES à CUT, em nível nacional, a ANDES, no seu VIII Congresso, em fevereiro de 1989, aprovou a filiação à CUT, com o objetivo de fortalecer o sindicalismo classista e combativo.

Essa contradição foi assim recordada por Gilza Gomes (7 maio 2010):

... a gente conseguiu levar, por muito tempo, essa contradição, porque aqui era muito difícil a gente conseguir alguma relação com a CUT. [...]. Nos anos seguintes, a gente conseguiu eleger nosso pessoal e tal e fomos chegando junto sem maiores problemas. Eles se afastaram mesmo.

Durante essa gestão liderada por Ada Augusta houve, nacionalmente, uma greve de 44 dias, de 25 de março a 7 de julho de 1987, explicitando essas contradições locais na condução dessa greve, haja vista a atuação marcante do grupo oposicionista na sua condução. O professor Luís Alberto dos Santos, representante da Comissão de Comunicação do Comando de Greve, em entrevista ao *Jornal de Sergipe*, de 31 de março de 1987, afirmou que a greve havia começado com pouca adesão, mas estava com cem por cento de adesão das universidades. Ao mesmo tempo, os comandos locais de greve atuavam em manifestações conjuntas com outros segmentos em greve, como os bancários (JORNAL DE SERGIPE, 31 mar. 1987, p. 2).

Em 16 de maio de 1989, no auditório 2 do CCBS, sob a presidência da professora Ilka Dias Bichara, foi realizada a assembleia de posse da nova diretoria da ADUFS, eleita em 15 de maio de 1989, para o biênio 1989-1991. Sua composição era, como Presidente, Arivaldo Montalvão Filho; vice-presidente, José Costa Almeida; e, secretária, Gisélia Cardoso.

A posse foi realizada dentro de uma longa greve, que durou 66 dias, de 8 de maio a 13 de julho de 1989, marcando a retomada da direção da ADUFS pelo grupo de professores próximos do chamado “novo sindicalismo”. A pauta reivindicatória era a abertura imediata de concurso público para as Instituições Federais de Ensino Superior; verbas da OCC/OG em em 27,8% assegurados por recursos do Tesouro; revogação do decreto que proibía a contratação de professores e imediata abertura de concursos; reajuste mensal, de acordo com o ICV/DIEESE; incorporação aos salários da gratificação de nível superior; e aposentadoria integral (ALMEIDA et. alii., 2011, p. 37).

No arquivo da ADUFS, encontramos uma fotografia representativa de uma das atividades de mobilização política dessa greve, em que se registrava o debate da comunidade universitária com o candidato à presidência pela Luis Inácio Lula da Silva, da Frente Brasil Popular, na UFS, no dia 8 de junho de 1989. As entidades representativas da greve unificada na UFS (ADUFS, Sindicato dos Trabalhadores da UFS (SINTUFS) e do Diretório Central dos Estudantes da UFS) foram os responsáveis pela organização do evento, conforme matéria no *Jornal de Sergipe*, do dia 8 de junho de 1989.

Imagem 1 – Debate da comunidade universitária com o candidato à Presidência da República Luis Inácio Lula da Silva. Universidade Federal de Sergipe, 8 de junho de 1989.



Fonte: Acervo ADUFS-SSIND. Sem identificação de autoria.

Naquele ano, em plena crise econômico-financeira e denúncias de corrupção, iniciava-se a disputa eleitoral para a Presidência da República. Sob uma legislação eleitoral bastante permissiva, essa eleição abriu um amplo leque de alternativas para a sociedade, em geral, e para as classes trabalhadoras, em particular, com o registro de 22 candidatos para o primeiro turno. Em meio a um quadro de ampla desarticulação do sistema político-partidário, os candidatos *outsiders* da política tradicional, Fernando Collor de Mello (PRN) e Luís Inácio Lula da Silva, da Frente Brasil Popular, polarizaram a disputa do segundo turno das eleições presidenciais (MENEGELLO, 1990).

De um modo geral, o eleitorado brasileiro “inclinou-se pelas críticas agressivas e inconsequentes do jovem ex-governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, o ‘caçador de marajás’” (PENNA, 1999, p. 321), reiterando que, na cultura política brasileira, a personalidade individual suplantara partidos e ideologias.

Em Sergipe, as eleições de 1989 foram marcadas pelas vitórias, no primeiro e no segundo turno, de Collor. Entretanto, o candidato da Frente Brasil Popular foi vitorioso, em Aracaju, capital do Estado, por conta da intensa mobilização popular empreendida por sindicalistas, estudantes e movimentos sociais (DANTAS, 2004, p. 237).

Com a vitória de Fernando Collor de Mello, impôs-se uma política de “Estado Mínimo”, baseado em extinção de órgãos públicos e um programa de privatização, que impactaria, decisivamente, no sindicalismo brasileiro como um todo.

No ano da posse do novo Presidente da República, a ADUFS organizou o XXI Conselho Nacional das Entidades da ANDES, nos dias 1 e 2 de junho de 1990, na Universidade Federal de Sergipe, demonstrando certo grau de organização sindical que acabou por coroar o processo de sua construção, ao longo dos anos 1980. Segundo José Costa Almeida (15 mar. 2016), então Vice-Presidente da Associação, esse também foi o momento culminante de sua participação sindical, já que representava o reconhecimento político do grupo que ajudou a fundar a ADUFS, em 1979.

**Imagem 2 – XXI CONAD
Universidade Federal de Sergipe, 1 e 2 de junho de 1990.**



Fonte: Acervo ADUFS-SSIND. Sem identificação de autoria.

Após a decisão do II Congresso Extraordinário da ANDES, no Rio de Janeiro, em novembro de 1988, de transformar as Associações Docentes em Sindicato Nacional, foi realizada assembleia, no dia 25 de outubro de 1990, transformando a Associação dos Docentes da UFS em Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN). Após ampla discussão, o Vice-Presidente José Costa Almeida colocou o Regimento em votação. Foi aprovado com 262 votos a favor, 21 contra e 2 brancos, conforme Ata da Assembleia.

Objetivamente, apesar da proibição constitucional da criação de sindicatos no serviço público, as universidades públicas brasileiras apresentavam condição propícia para o surgimento de organizações de tipo sindical, como foi o caso da ANDES e da Federação de Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras (FASUBRA). Com o aumento significativo de professores e técnicos administrativos reunidos em *campi*, foi possível identificar problemas comuns e, aliado à práxis dos partidos políticos de oposição à ditadura militar, iniciar um processo que consolidou a construção de greves reivindicatórias, ao longo dos anos 1980 (CUNHA, 2003, p. 19). Deste modo, a transformação em sindicato apenas formalizou, institucionalmente, a práxis dos professores universitários, em defesa da universidade pública e gratuita. Entretanto, com a vitória de Fernando Collor de Mello nas eleições de 1989, abriu-se uma conjuntura extremamente adversa ao sindicalismo brasileiro e, em especial, ao movimento docente das universidades públicas, impondo um processo de radicalização política que se aprofundaria com os governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2001).

A construção da identidade coletiva dos docentes, nas universidades públicas federais, foi forjada pela luta democrática contra o autoritarismo do regime militar, destacando-se, no caso sergipano, a atuação das mulheres nos anos iniciais do movimento docente e a formulação de ações políticas pautadas nas bases, como assembleias gerais. Entretanto,

dissensões políticas internas puderam ser observadas, em especial, entre aqueles vinculados às profissões liberais, como advogados e médicos, que se inseriam na associação docente de modo diverso dos professores da área de ciências humanas, que possuíam um grau de politização mais afinado com os reclamos democratizantes dos movimentos sociais emergentes. Ao mesmo tempo, ainda que determinada memória sindical reitera certa autonomia frente aos partidos políticos, percebemos, na prática, nos diferentes momentos de disputas eleitorais ou em greves, que a luta político-partidária provocou dissensões na condução do movimento docente nacional e local.

Sem descurar dos problemas estruturais de formação do movimento docente, nossa preocupação foi trazer as experiências de militantes e dirigentes no cotidiano universitário, ao longo dos anos 1980, no enfrentamento dos autoritarismos subjacentes à política do Estado, como forma de reflexão para que as novas gerações, atuantes no Sindicato, possam contextualizar os dilemas e impasses pela democratização do acesso à educação no Brasil. Isso se torna importante na medida em que as aposentadorias impostas pelos governos Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva trouxeram certa ruptura geracional, no processo de construção dessa memória sindical, estabelecendo descontinuidades e assimetrias na luta do movimento docente. Apesar de não acreditarmos em falsas continuidades, fatos e personagens do passado podem contribuir para que os novos grupos políticos sindicais possam compreender melhor os desafios que se interpõem na atualidade.

Esperamos colaborar para que a história seja resultante de uma negociação em que a narrativa contemple a multiplicidade de vozes, às vezes contraditória, mas que não seja fragmentária, pois inserida num contexto social mais amplo. Essa batalha pelo discurso e pela representação pode convergir para o debate, do debate para a negociação, da negociação para a conversação. Nesse sentido, a história e a memória podem se tornar o lugar da solidariedade e da diversidade, em que o intelectual possa lutar contra as formas de poder, em que ele é objeto e instrumento. Em um contexto de *despolitização* consciente, desencadeado pelo processo ideológico de dominação social vigente, talvez a melhor forma de combatê-la seja a construção de um conhecimento engajado, produzido por um diálogo crítico e horizontal entre intelectuais e os movimentos sociais e sindicais, fundamentando-se na defesa intransigente da democracia (ACHUGAR, 2006, p. 163; BOURDIEU, 2001, p. 39).

Fontes e Bibliografia

Fontes Escritas

- JORNAL CANDEEIRO. Ano VII, n. 24, maio, 1988.
JORNAL DE SERGIPE. Aracaju, 22-23 jan. 1984.
JORNAL DE SERGIPE. Aracaju, Ano IX, n. 2575, 27 mar. 1987.
JORNAL DE SERGIPE. Aracaju, Ano IX, n. 2578, 31 mar. 1987.
JORNAL DE SERGIPE. Aracaju, Ano XI, 8 jun. 1989.
GAZETA DE SERGIPE. Aracaju, Ano XXX, n. 8039. 22 ago. 1985.
GAZETA DE SERGIPE. Aracaju, Ano XXX, n. 8042. 25-26 ago. 1985.
GAZETA DE SERGIPE. Aracaju, Ano XXX, n. 8067, 25 set. 1985 (capa).

Fontes Orais

- ALMEIDA, José Costa. **Entrevista ao autor**. Aracaju-SE, 15 mar. 2016.
BATISTA, Eduardo Ubirajara Rodrigues. **Entrevista ao autor**. Aracaju-SE, 17 out. 2010.
BEZERRA, Antônio Ponciano. **Entrevista ao autor**. Aracaju-SE, 13 maio 2015.
GOMES, Gilza Luísa da Mota. **Entrevista ao autor**. Aracaju-SE, 7 maio 2010.
NASCIMENTO, Antônio Edilson do. **Entrevista ao autor**. Aracaju-SE, 2 mar. 2016.

PACHECO, Manuel de Resende. **Entrevista ao autor**. Aracaju-SE, 16 abr. 2010.
SAMPAIO, Claudete Sales. **Entrevista ao autor**. Aracaju-SE, 21 maio 2010.
SANTOS, Lenalda Andrade. **Entrevista ao autor**. Aracaju-SE, 26 mar. 2010.

Bibliografia

ACHUGAR, Hugo. **Planetas sem boca**. Escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

ALMEIDA, A. de; SILVA, Jorgetânia da S; TRÓPIA, Patrícia (Orgs.). **ANDES-SN 30 anos: Sindicato de base, democrático e de luta**. Uberlândia: ANDES-SN, 2011.

ANDRADE, Péricles. “Aceitáveis com restrições, outras totalmente inaceitáveis”: Dom Luciano Cabral Duarte e as “Teologias da Libertação”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 45, p. 131-141, 2015.

BALDIJÃO, Carlos Eduardo Malhado. Os desafios do movimento docente nos dez anos de lutas da ANDES-Sindicato Nacional. **Universidade e Sociedade**, Brasília, ano 1, n. 1, 1991.

BÉDARIDA, François. Tempo Presente e Presença na história. In: FERREIRA, Marieta de M. & AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos 2**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CHAVES, Vera L. J. **Poder do Estado e poder docente: um olhar sobre o Movimento Docente na UFPA**. Belém: SPEG; Graphitte, 1997.

CUNHA, Luis Antônio. Pelo ensino público e gratuito. **Educação & Sociedade**. Campinas, ano IV, n. 12, p. 132-134, set. 1982.

CUNHA, Luis Antônio. Luta política nas universidades federais: poder sindical versus poder acadêmico. **Avaliação**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 11-36, mar. 2003.

DAL ROSSO, Sadi. Entrevista. **Cadernos ANDES**. ANDES-SN: 20 anos trajetória, lutas e perspectivas (Memória da luta III). São Paulo, n. 18, p. 115-122, 2001.

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe: República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 2004.

GRACIA, Gerardo Nocochea; LEGLISE, Patrícia Pensado (Compiladores). **Voltear el mundo de cabeza: historias de militancia de izquierda en América Latina**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2011.

MACIEL, Oswaldo de Oliveira. Trabalhando a luta, construindo (a) história II. **Cadernos ANDES**. ANDES-SN: 20 anos trajetória, lutas e perspectivas (Memória da luta III). São Paulo, n. 18, 2001.

MENEGELLO, Raquel. 1964-1989: Construindo a organização autônoma. In: **Trabalhadores**. Campinas: Prefeitura de Campinas, 1990. p. 29-40.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAVARRO, Ignez Pinto. A ANDES-SN em memória e existência: um depoimento. In: AGUIAR, Flávio (Org.). **Antônio Cândido: pensamento e militância**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Humanitas, 1999.

NAVARRO, Ignez Pinto. **ANDES-SN: Um sindicato de intelectuais**. História e memória (1981-1994). Cuiabá: ADUFMAT, 2001.

OTRANTO, Célia Regina. Movimento sindical docente: história e crise. Revista Universidade Rural. Seropédica, v. 22, n. 2, jul./dez. 2000 (Série Ciências Humanas).

PENNA, Lincoln de Abreu. **República brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PORTELLI, Alessandro. Lo que hace diferente a la historia oral. In: SCHWARZSTEIN, Dora (Org.). **La Historia Oral**. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1991.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. ANDES: Representação política e sindical de professores universitários. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 93, p. 72-80, maio 1995.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já: O grito preso na garganta*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro).

SANTANA, Marco Aurélio. O mundo do trabalho em mutação: memórias, identidades e ações coletivas. In: MARQUES, Antônio Jose; STAMPA, Inez Terezinha (Orgs.). **O mundo dos trabalhadores e seus arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2010. p. 43-58.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Brasil, em Direção ao Século XXI. In: LINHARES, Maria Yeda (Org.). **História Geral do Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

SOUZA, Eliana. **História e memória: Universidade Federal de Sergipe (1968-2012)**. São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2015.

Recebido em abril de 2016.
Aprovado em julho de 2018.